



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE SOLUÇÃO VOLTADA À OBTENÇÃO FIDEDIGNA DE DADOS

O Poder Judiciário de Santa Catarina torna público que está em fase de estudos preliminares o processo de planejamento da contratação da prestação de serviços voltados à obtenção de dados fidedignos relacionados ao cadastro de partes, pessoas físicas e jurídicas, em processos judiciais, por meio de consultas a fontes públicas. Informa, então, que realizará, **entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março deste ano**, o cadastramento de prestadores deste tipo de serviço que estejam interessados em demonstrar a viabilidade técnica do atendimento da necessidade pública utilizando soluções de mercado.

Informações adicionais quanto à demanda da Administração:

1. Descrição clara e sucinta do serviço (necessidade).

A demanda da Administração é a obtenção de dados fidedignos de fontes públicas que possam auxiliar na celeridade do trâmite processual e, com esses dados, pretende-se atender três necessidades específicas do PJSC:

a) Buscar endereço das pessoas físicas e jurídicas em processos judiciais, quando existem dificuldades em se encontrar um endereço válido para citação ou intimação.

b) Analisar a pertinência da concessão de assistência judiciária gratuita, de forma a identificar possíveis bens ou movimentações financeiras que levem o magistrado à conclusão de que essa não se aplica.

c) Auxiliar no saneamento do cadastro de partes de processos do atual Sistema de Automatização da Justiça – SAJ, o que contribuirá para a evolução e melhoria no trâmite do processo judicial.

2. Natureza e quantitativo dos dados:

1) Nas partes do processo judicial, onde o endereço está cadastrado de forma incorreta, não é possível citar ou intimar. A partir do CPF/CNPJ da pessoa, buscar o endereço atualizado/correto.

1.1) Informações serão fornecidas pelo TJSC em planilha excel com 3.114 registros com as seguintes colunas:

CEP, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Município, Estado, Código Interno 1, Código Interno 2, Tipo Documento (CPF ou CNPJ), Número Documento e Nome da Pessoa.

1.2) Resultados esperados:

A partir dos dados da pessoa e endereço incorreto, indicar qual o endereço correto da pessoa física ou jurídica: CEP, Número, Logradouro, Complemento, Bairro, Município e Estado.

2) Análise da concessão de assistência judiciária gratuita:

2.1) Informações serão fornecidas pelo TJSC em planilha excel com 15 mil registros com as seguintes colunas:

Data Pedido, Nome da Pessoa, Número Doc. CPF, Código Interno 1, Código Interno 2

2.2) Resultados esperados:

Renda Média Mensal, Bens Imóveis e Móveis da Pessoa Física e Empresas onde a Pessoa é Sócia.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**

3) Saneamento da base de dados, encontrar CPF ou CNPJ a partir das informações cadastrais da pessoa:

3.1) Informações serão fornecidas pelo TJSC em planilha excel com 15 mil registros com as colunas abaixo, sendo que nem todas as colunas possuem dados cadastrados: Data Cadastro, Nome da Pessoa, Nome da Mãe, RG, Sexo, Tipo Pessoa (Física ou Jurídica), Data Nascimento, Código Interno 1, Código Interno 2, Nº Seq. Endereço (pode existir mais de um endereço), CEP, Logradouro, Número, Complemento, Bairro, Município e Estado.

3.2) Resultados esperados:

A partir das informações acima, encontrar o CPF ou CNPJ indicando o percentual de confiabilidade da informação.

No dia **6 de março** será disponibilizada no site do Tribunal de Justiça a listagem dos interessados e os correspondentes endereços eletrônicos para que a equipe de planejamento da contratação possa disponibilizar, mediante prévia assinatura de termo de confidencialidade das informações, os registros aos inscritos. A data para apresentação, pelos credenciados, da solução e dos resultados, por meio de relatório, será fixada em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos registros cadastrais.

O credenciamento de interessados deve se dar por meio do e-mail dti.contratacoes@tjsc.jus.br, indicando razão social da empresa, CNPJ, endereço, telefone, email para contato e nome do representante da empresa com poderes para assinar o termo de confidencialidade, comprovando-se tais poderes por meio de contrato social ou procuração.

Dúvidas podem ser dirimidas por meio do telefone (48) 3287-7925.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2019.

Graziela Meyer Juliani
Diretora de Material e Patrimônio



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO**